

A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar

*Yan de Souza Carreirão**

1. Os candidatos e o processo de formação das candidaturas

Os candidatos à eleição presidencial de 2006 foram: o Presidente em exercício, Luís Inácio Lula da Silva (a partir daqui chamado simplesmente de Lula), pela coligação Partido dos Trabalhadores (PT) - Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – Partido Republicano Brasileiro (PRB); o ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, pela coligação Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) - Partido da Frente Liberal (PFL); a Senadora Heloísa Helena, pela coligação Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) - Partido Comunista Brasileiro (PCB); o Senador Cristovam Buarque, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT); o ex-Deputado José Maria Eymael, pelo Partido Social Democrata Cristão (PSDC); o empresário Luciano Bivar, pelo Partido Social Liberal (PSL); a cientista política Ana Maria Rangel, pelo Partido Republicano Progressista (PRP)¹.

Quanto ao Presidente Lula, era o candidato natural do PT. Em parte, devido à regra da “verticalização”, a coligação que o apoiou atraiu apenas o PCdoB e o PRB (além do PT). No que respeita à Senadora Heloísa Helena, sua candidatura era esperada desde que saiu do PT para formar o PSOL e conseguiu aglutinar os partidos mais à esquerda

* Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Áreas de interesse: instituições e comportamento político. Endereço eletrônico: yan@cfh.ufsc.br.

1 O candidato pelo Partido da Causa Operária (PCO), Rui Pimenta, teve sua candidatura impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por não ter prestado contas de sua campanha presidencial em 2002. Embora seu nome constasse da cédula de votação, pois a decisão final impugnando sua candidatura ocorreu muito perto da eleição, os votos dados ao candidato foram considerados nulos pelo TSE.

do sistema partidário. Uma disputa mais acirrada aconteceu no PSDB, onde Alckmin acabou saindo candidato, com o apoio do tradicional aliado do seu partido nas eleições presidenciais (desde 1994), o PFL. No PDT, houve uma disputa entre não lançar candidato, liberando o partido para fazer diferentes alianças nos estados, ou lançar candidato próprio. Esta última opção acabou prevalecendo, com a candidatura de Buarque. Por fim, é importante mencionar as disputas internas do PMDB: havia, de um lado, os adeptos do lançamento de candidatura própria (com o ex-Governador fluminense Garotinho tendo vencido o Governador gaúcho Germano Rigotto na disputa interna ao partido); de outro, os adeptos do apoio à candidatura Lula (além de uma minoria favorável ao apoio a Alckmin). Após uma série de disputas de cunho jurídico-político, prevaleceu a decisão de não lançar candidatura própria, nem apoiar formalmente nenhum outro, deixando os partidários livres para apoiar qualquer candidato a Presidente e fazer coligações variadas nos estados. Nestes, houve uma variação enorme das coligações (formais ou informais) realizadas pelos diferentes partidos. Mais uma vez, ficou claro que a “verticalização” não conseguiu gerar coerência ideológica nas coligações, contribuindo apenas para trazer incerteza jurídica ao processo político.

Quanto ao processo de escolha das candidaturas, devem ser destacados dois pontos: a) dada a debilidade das demais candidaturas, mais ainda do que nas três últimas eleições presidenciais, a disputa acabou centrada nos candidatos do PT e do PSDB²; b) a escolha de Alckmin (em vez de José Serra) como candidato do PSDB foi bastante favorável ao Presidente Lula: em primeiro lugar, porque, quanto às intenções de voto, a diferença entre Lula e Serra era menor do que a existente entre Lula e Alckmin, no momento da escolha do candidato tucano. Além disso, como Alckmin era menos conhecido nacionalmente, gastou mais tempo para apresentar-se ao eleitorado, antes de iniciar uma campanha negativa contra Lula (o que era necessário, dada a grande vantagem do Presidente no início da campanha). Serra – considerando seu perfil e tendo como referência a campanha de 2002 – provavelmente apresentaria um plano de governo mais consistente,

2 Por isso e devido à limitação de espaço, a análise será centrada nos dois principais candidatos.

com propostas mais claras para o país crescer economicamente. Por fim, seria mais difícil imprimir uma imagem de candidato conservador e privatista em Serra do que foi em Alckmin³.

2. A campanha eleitoral

Devido à limitação de espaço, esta seção avalia diretamente os pontos mais relevantes, sem uma descrição mais detalhada da campanha.

Helôisa Helena criticou o governo Lula e seus antecessores, que teriam governado de forma corrupta e em favor dos ricos. Associou Alckmin às políticas de juros altos e à venda do patrimônio nacional, praticada por Fernando Henrique Cardoso (FHC), visando polarizar com aquele a disputa pelo segundo lugar. Fez, no entanto, uma campanha muito personalista – destacando sua origem humilde, a perseverança, a sensibilidade e a honestidade femininas – em detrimento da construção partidária, como esperava boa parte de seus correligionários.

Quanto a Cristovam Buarque, sabendo não ter chances, tentou ocupar um nicho, centrando sua campanha na “revolução” educacional, vinculando educação com as mais variadas áreas: desenvolvimento econômico, cidadania, saúde, segurança etc.

No que diz respeito a Lula e Alckmin, em uma avaliação geral, os principais aspectos das suas campanhas, no primeiro turno, foram:

1) A campanha de Alckmin iniciou com a apresentação (necessária) do candidato: sua biografia, suas qualidades pessoais, suas realizações como político, especialmente como Governador de São Paulo;

2) Alckmin demorou a criticar Lula e seu governo. Só após o episódio do “dossiê antitucano”⁴ – um mês após o início do Horário

3 A percepção de uma eleição relativamente fácil ao governo de São Paulo, frente a uma disputa muito dura no pleito presidencial, parece ter levado Serra a não lutar muito pela candidatura a Presidente. Este raciocínio parece valer também para parte do PSDB, que preferiu uma candidatura sólida ao governo paulista, com Serra, do que arriscar a presidência e o governo do maior Estado do país, simultaneamente, lançando Serra como candidato a Presidente. Ele parece ter levado em conta ainda que, mesmo que vencesse a disputa com Alckmin, poderia haver uma divisão do partido (o que enfraqueceria sua candidatura).

4 Em meados de setembro, Valdebran Padilha da Silva, filiado ao PT do Mato Grosso, e Gedimar Pereira Passos foram presos, em São Paulo, sob suspeita de intermediar

Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) –, Alckmin passa a centrar no aspecto ético, associando este episódio ao do “mensalão”⁵;

3) A falta de um projeto nacional (na campanha de todos os candidatos), com propostas claras para fazer o país se desenvolver, prejudicou mais Alckmin do que Lula, que já estava em vantagem;

4) A estratégia de Lula no HGPE foi basicamente correta:

a) divulgou suas realizações como Presidente da República, contrastando-as com as de FHC;

b) reforçou a imagem de quem governa para os mais pobres (a partir de sua biografia e de algumas de suas ações como Presidente, especialmente o aumento do poder de compra do salário mínimo e ações sociais, como o Bolsa Família e o Luz para Todos);

c) definiu as prioridades para um eventual segundo mandato (ênfase em educação e crescimento econômico);

d) após o episódio do dossiê, Lula fez o que era possível: além de tentar plantar a dúvida sobre quem poderia beneficiar-se do dossiê, afirmou que, diferentemente do que acontecia nos governos anteriores, em que escândalos eram abafados e Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) arquivadas, em seu governo, “o lixo não era varrido para debaixo do tapete; tudo era apurado e quem errava era punido”.

5) Fora do HPEG, porém, Lula falhou, ao não participar de

a compra de documentos que mostrariam o suposto envolvimento de Serra e Alckmin com a “máfia dos sanguessugas” (esquema de corrupção em torno do superfaturamento de ambulâncias, envolvendo órgãos do governo federal, deputados federais, prefeituras e empresa privada). Com aqueles, a polícia apreendeu cerca de R\$ 1, 7 milhão. Gedimar afirmou à Polícia Federal (PF) que foi “contratado pela Executiva Nacional do PT” para negociar com a família Vedoin (que comandava o esquema dos “sanguessugas”) a compra de um dossiê contra os tucanos. Como resultado deste caso, foram afastados de seus cargos o Presidente do PT (e coordenador da campanha do Presidente) Ricardo Berzoini e vários membros do PT e assessores diretos do Presidente, além do coordenador de campanha de Aluísio Mercadante, candidato ao governo de São Paulo pelo PT.

5 Escândalo deflagrado em maio de 2005 e que tomou o noticiário até o fim daquele ano, envolvendo a denúncia de que o governo federal comprava apoio dos parlamentares para a aprovação de seus projetos no Congresso Nacional. Das denúncias, resultaram CPIs e um inquérito instaurado pela Procuradoria Geral da República, com um relatório final em que o Procurador faz acusações bastante graves envolvendo 40 pessoas, incluindo membros do mais alto escalão do governo federal, parlamentares de diferentes partidos e membros da cúpula do PT.

debates e dar pouquíssimas entrevistas, já que parcela decisiva do eleitorado esperava explicações, após o “dossiê”.

No segundo turno, a campanha de Alckmin apresentou propostas mais estruturadas e críticas mais duras a Lula e seu governo, tanto do ponto de vista ético quanto no que se refere aos resultados de suas políticas (especialmente crescimento econômico e saúde).

Houve, porém, falhas importantes: Alckmin não aproveitou o clima de “virada” do fim do primeiro turno, deixando a campanha esfriar logo depois da votação; o episódio do apoio do casal Garotinho logo no início da campanha do segundo turno abriu uma crise interna entre seus apoiadores no Rio de Janeiro (RJ) e enfraqueceu seu discurso centrado na ética. Por fim, não fez a defesa do processo de privatização realizado pelo governo paulista e pelo governo FHC (com exceção de algumas declarações relativas à Telebrás). Ficar em uma posição defensiva, tentando apenas negar que fosse fazer novas privatizações, sem defender o que havia sido feito durante o governo FHC e durante os governos Covas/Alckmin em São Paulo foi uma estratégia errada, porque não havia como negar o que tinha sido realizado no passado;

Quanto à campanha de Lula, foi ainda mais eficaz que no primeiro turno:

1) reagiu rapidamente à queda que teve no final do primeiro turno, articulando apoios políticos e movimentando-se pelo país;

2) ocupou intensamente espaços junto à mídia (entrevistas, sabatinas, debates);

3) passou da defesa ao ataque, centrando na construção da imagem de Alckmin (e do PSDB) como privatista;

4) enfatizou ainda mais (no HGPE e nos debates) as diferenças entre seu governo e o anterior (o que era uma ótima estratégia para o candidato);

5) continuou com a defesa possível, frente às acusações de corrupção: seu governo “não joga lixo para debaixo do tapete” e pune quando alguém erra.

Resumidamente, esta é a avaliação das estratégias de campanha dos dois principais candidatos. Passamos, a seguir, à análise das intenções de voto dos eleitores.

3. As intenções de voto e as variáveis associadas a elas

A análise será centrada na verificação de associações entre as intenções de voto e algumas variáveis relevantes, de natureza socioeconômica (renda, escolaridade, região, “raça”/“cor” dos eleitores) e política (preferência partidária; avaliações do governo e da situação econômica pessoal; participação em programas sociais do governo e percepção sobre corrupção). Com exceção da análise sobre a evolução das intenções de voto (isoladamente), as demais, relacionando essas intenções com as variáveis mencionadas acima, se restringirão às pesquisas mais próximas à realização dos dois turnos da eleição presidencial⁶.

Serão mobilizadas, mais à frente, diversas teorias explicativas do comportamento do eleitor presentes nas literaturas nacional e internacional, de forma a situar os principais resultados da análise neste debate.

No que concerne ao tema da corrupção, por um lado, diversos autores têm apontado a relevância da avaliação que os eleitores fazem de atributos pessoais dos candidatos, incluindo a honestidade (RAHN, 1990; FIGUEIREDO, 1994; POPKIN, 1994; CARREIRÃO, 2002). Por outro, teses sobre o peso (maior ou menor) do desempenho da economia na avaliação de desempenho do governo e do impacto desta sobre a decisão de voto são abundantes na literatura (KEY, 1966; FIORINA, 1981; LEWIS-BECK, 1988; CARREIRÃO, 1999; 2002; ECHEGARAY, 2005).

Além desses temas, a eventual relevância da preferência partidária (CLARKE & STEWART, 1998; DALTON & WATTENBERG, 2000; WEISBERG & GREENE, 2003; CARREIRÃO & KINZO, 2004; CARREIRÃO & BARBETTA, 2004) e da possível existência de divisões do eleitorado segundo clivagens socioeconômicas (LIPSET, 1967; SOARES, 1973; 1984; 2001; SINGER, 1990) sobre o comportamento político dos eleitores também será fruto de análise.

A base empírica utilizada consiste em dados de relatórios de pesquisas realizadas pelo Datafolha e pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), disponíveis nos portais desses institutos (respectivamente: <http://datafolha.folha.uol.com>).

6 Em outro artigo, a ser publicado (“Evolução das opiniões do eleitorado brasileiro ao longo do primeiro governo Lula”), a evolução dessas variáveis ao longo de todo do governo é analisada detalhadamente.

br e <http://www.ibope.com.br>). Essa é uma limitação importante do trabalho, na medida em que impede a realização de análises mais aprofundadas, relacionando diversas variáveis simultaneamente.

A Tabela 1 mostra a evolução das intenções de voto entre maio e setembro de 2006, a partir de pesquisas Ibope. Heloísa Helena cresce continuamente até meados de agosto; depois declina e estabiliza-se em torno dos 9% das intenções de voto. Lula (cujas intenções de voto haviam crescido de 32% em dezembro de 2005, para 48% em maio de 2006) declina um pouco em julho, mas volta a se recuperar em seguida. Alckmin cresce um pouco após o início oficial da campanha, mas cai em agosto. O HGPE, pelo menos até meados de setembro, acaba por favorecer a Lula, que abre uma vantagem de cerca de mais de 20% em relação ao segundo colocado, e uma vantagem de cerca de 10% em relação à soma dos demais candidatos. Até ali, Lula chega com uma situação bastante confortável, em que, mesmo que perdesse alguns pontos percentuais para seus adversários, venceria no primeiro turno.

TABELA 1A – INTENÇÃO DE VOTO (MAIO-SET.2006)

MÊS.ANO	INTENÇÃO DE VOTO					
	LULA	ALCKMIN	HELOÍSA HELENA	OUTROS	B/N/NS/NR	LULA – SOMA CANDIDATOS
Maio.2006 (1)	48	18	5	5	23	20
Jun.2006 (2)	48	19	6	3	24	20
Jul.2006 (3)(a)	44	27	8	3	18	6
Jul.2006 (3)(b)	44	25	11	2	18	6
Ago.2006 (3) (c)	46	21	12	2	19	11
Ago.2006 (3) (d)	47	21	12	3	17	11
Ago.2006 (3) (e)	49	22	9	3	17	15
Set.2006 (3) (f)	48	25	9	2	16	12
Set.2006 (3) (g)	48	27	9	2	14	10
Set.2006 (3) (h)	50	29	9	3	9	9
Set.2006 (3) (i)	49	30	9	3	9	7
Set.2006 (3) (j)	47	33	8	3	9	3
Set.2006 (3) (k)	45	34	8	4	9	- 1

FONTE: Ibope (2006).

NOTAS:

1. Lula; Alckmin; H. Helena; Cristovam Buarque; Eymael; Roberto Freire; Pedro Simon; Enéas.
2. Lula; Alckmin; H. Helena; Cristovam Buarque; Enéas; Eymael.
3. Lula; Alckmin; H. Helena; Cristovam Buarque; Eymael; Luciano Bivar; Rui Pimenta.
4. (a) 22-24.jul.; (b) 27-29.jul.; (c) 7-9.ago.; (d) 15-17.ago.; (e) 23-25.ago.; (f) 29-31.ago.; (g) 5-7.set.; (h) 9-11.set.; (i) 18-20.set.; (j) 20-22.set.; (k) 29-30.set.

Após o episódio do dossiê, esta vantagem em relação à soma dos adversários começa a declinar: os 9%, na pesquisa de 9.9.06 a 11.9.06, transformam-se em uma desvantagem de 1% (empate técnico), na pesquisa realizada às vésperas da eleição (29.9.06 e 30.9.06), o que se confirma no resultado do primeiro turno. Nesse mesmo período, na pergunta sobre intenção de voto no caso de um eventual segundo turno, a diferença entre os dois candidatos caiu de 17% para 5%. Voltou a crescer, entretanto, ao longo de toda a campanha para o segundo turno, chegando a 21% (ver Tabela 1B). No item anterior, foram sugeridas hipóteses explicativas (relacionadas aos principais fatos ocorridos durante a campanha) para estas variações.

TABELA 1B – INTENÇÃO DE VOTO NO SEGUNDO TURNO, ENTRE LULA E ALCKMIN (EM %)

ANO	MÊS (DIAS)	LULA	ALCKMIN	DIFERENÇA PRÓ-LULA
2006	Maio	52	35	17
	Junho	51	40	11
	Julho	50	40	10
	Agosto (7-8)	54	37	17
	Agosto (21-22)	55	36	19
	Agosto (29)	55	37	18
	Setembro (4-5)	55	37	18
	Setembro (11-12)	55	38	17
	Setembro (18-19)	55	38	17
	Setembro (22)	54	39	15
	Setembro (27)	52	41	9
	Setembro (29-30)	49	44	5
	Outubro (5-6)	50	43	7
	Outubro (10)	51	40	9
	Outubro (16-17)	57	38	19
	Outubro (23-24)	58	37	21
Outubro (28-29)	58	37	21	

FONTE: Datafolha (2006c).

3.1. Voto, renda e escolaridade

As tabelas 2 a 5 apontam as intenções de voto segundo a renda e a escolaridade dos eleitores, nas pesquisas mais próximas ao primeiro e ao segundo turnos da eleição.

TABELA 2 – INTENÇÃO DE VOTO (PRIMEIRO TURNO), SEGUNDO RENDA

MÊS/ANO (DIA)	RENDA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)									
	LULA					ALCKMIN				
	ATÉ 1	+1 A 2	+2 A 5	+5 A 10	+ DE 10	ATÉ 1	+1 A 2	+2 A 5	+5 A 10	+ DE 10
Set.2006 (29-30)	60	52	41	30	29	24	30	38	45	44

FONTE: Ibope (2006).

TABELA 3 – DIFERENÇA ENTRE LULA E ALCKMIN (SEGUNDO TURNO), SEGUNDO RENDA

MÊS/ANO (DIAS)	RENDA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)				
	ATÉ 1	+1 A 2	+2 A 5	+5 A 10	+ DE 10
Out.2006 (24-25)	45	32	22	14	-25

FONTE: Ibope (2006).

TABELA 4 – DIFERENÇA ENTRE LULA E ALCKMIN (PRIMEIRO TURNO), SEGUNDO ESCOLARIDADE

Mês/Ano (Dias)	Até 4ª série	5ª a 8ª série	Ensino Médio	Superior
Set.2006 (29-30)	26	19	2	- 18

FONTE: Ibope (2006).

TABELA 5 – DIFERENÇA ENTRE LULA E ALCKMIN (SEGUNDO TURNO), SEGUNDO ESCOLARIDADE

Mês/Ano (Dias)	Até 4ª série	5ª a 8ª série	Ensino Médio	Superior
Out.2006 (24-25)	40	29	15	- 4

FONTE: Ibope (2006).

Os principais aspectos a destacar, quanto a este tema, são:

1) há uma forte associação entre voto e renda (e entre voto e escolaridade): a vantagem do Presidente Lula foi tanto maior quanto

menor a renda e a escolaridade dos eleitores; na faixa de mais alta renda (e de escolaridade) a vantagem é de Alckmin e

2) não se pode afirmar, porém, que Lula foi o candidato apenas dos eleitores pobres e de baixa educação formal. Na pesquisa mais próxima ao primeiro turno da eleição (Tabela 2), ainda sob o efeito forte das denúncias relativas ao dossiê, Alckmin vencia entre os eleitores das duas faixas de renda mais elevada e havia empate técnico (na realidade uma vantagem de 3% para Lula) na faixa intermediária (2 a 5 Salários Mínimos – SM). No segundo turno (Tabela 3), Alckmin vencia apenas na faixa de renda mais alta (mais de 10 SM). Em todas as outras, Lula vencia. Situações semelhantes ocorrem considerando a variável escolaridade (tabelas 4 e 5).

3.2. Voto e região

Aqui, serão usados, no lugar de dados de pesquisas, os resultados efetivos das urnas (Tabela 6), já que foram divulgados pelo TSE⁷.

TABELA 6 – VOTAÇÃO DE LULA E ALCKMIN, POR REGIÃO – PRIMEIRO E SEGUNDO TURNOS (EM %)

TURNOS	CANDIDATO	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NORTE	NORDESTE
1º	Lula	39,7	32,5	35,8	52,7	59,8
	Alckmin	41,5	51,2	48,1	34,2	23,4
	Diferença	- 1,8	- 18,7	- 12,3	18,5	36,4
2º	Lula	53,4	43,6	49,5	63,7	71,9
	Alckmin	40,5	50,2	45,0	33,4	21,3
	Diferença	12,9	- 6,6	4,5	30,3	50,6

FONTE: TSE (2006).

NOTA: A diferença foi obtida pela conta (% Lula – % Alckmin).

No primeiro turno, enquanto Lula venceu por altíssima margem no Nordeste e boa diferença no Norte, Alckmin venceu no Centro-Oeste e no Sul por boa diferença. Na região Sudeste,

7 No artigo mencionado na nota 6, a evolução das intenções de voto, segundo as regiões, ao longo do governo Lula, é analisada detalhadamente.

ocorre um equilíbrio maior: Alckmin venceu por uma diferença de menos de 2% (já que a vitória em São Paulo compensou a derrota nos demais estados da região). No segundo turno, Lula melhora em todas as regiões, enquanto Alckmin declina. Como resultado, este último vence apenas na região Sul do país. Adiante, serão mostrados dados sobre a abrangência do programa Bolsa-Família que podem explicar parcialmente esses resultados.

3.3. "Raça", "cor" e voto

Nesta eleição, muito mais do que em qualquer outra eleição presidencial recente, destacou-se uma tendência clara de diferenciação do voto, segundo a etnia ("raça", ou "cor", de acordo com os termos utilizados pelos institutos) dos eleitores (tabelas 7 e 8).

TABELA 7 – DIFERENÇA ENTRE LULA E ALCKMIN (PRIMEIRO TURNO), SEGUNDO "RAÇA"

Mês/Ano (Dias)	"Raça" ("cor")		
	Branca	Preta	Parda
Set.2006 (20-22)	- 1	21	25

FONTE: Ibope (2006).

TABELA 8 – DIFERENÇA ENTRE LULA E ALCKMIN (SEGUNDO TURNO), SEGUNDO "RAÇA"

Mês/Ano (Dias)	"Raça" ("cor")		
	Branca	Negra	Parda
Out.2006 (24-25)	8	39	34

FONTE: Ibope (2006).

Considerando os dados do Ibope, referentes às intenções de voto no primeiro turno, nota-se que, enquanto entre negros e pardos Lula vencia por larga margem, entre os brancos havia um empate técnico (41% para Alckmin contra 40% para Lula). No segundo turno, Lula vencia em todas as categorias de eleitor, mas com uma margem bem menor entre os brancos.

3.4. Avaliação de governo e voto

As tabelas 9 e 10 revelam dados de cruzamento das intenções de voto com as avaliações que faziam os eleitores do desempenho do governo Lula, para as pesquisas mais próximas aos dois turnos da eleição.

TABELA 9 – INTENÇÃO DE VOTO (PRIMEIRO TURNO), SEGUNDO AVALIAÇÃO DO GOVERNO (EM %)

MÊS/ANO (DIA)	ÓTIMO/BOM				REGULAR				RUIM/PÉSSIMO			
	LULA	ALCKMIN	OU-TROS	B/N/NS	LULA	ALCKMIN	OU-TROS	B/N/NS	LULA	ALCKMIN	OU-TROS	B/N/NS
Set.2006 (27)	80	11	5	3	33	43	15	8	2	70	16	10

FONTE: Datafolha (2006c).

TABELA 10 – INTENÇÃO DE VOTO (SEGUNDO TURNO), SEGUNDO AVALIAÇÃO DO GOVERNO (EM %)

MÊS/ANO (DIAS)	ÓTIMO/BOM		REGULAR		RUIM/PÉSSIMO	
	LULA	ALCKMIN	LULA	ALCKMIN	LULA	ALCKMIN
Out.2006 (23-24)	86	11	38	56	2	89

FONTE: Datafolha (2006b).

Como se pode ver, há uma forte associação entre as variáveis: a intenção de voto em Lula declina vertiginosamente (nos dois turnos) à medida que passamos dos eleitores que avaliavam o governo como ótimo ou bom para os que o avaliavam como regular e ainda mais para os que o avaliavam como ruim ou péssimo⁸.

8 Esta associação se mantém ao longo de todo o governo Lula. No artigo mencionado na Nota 6 são mostradas simultaneamente as evoluções da avaliação do governo e das intenções de voto, em 22 pesquisas, entre dezembro de 2004 e setembro de 2006. Uma análise de correlação entre os dados das duas variáveis, ao longo do tempo, mostra fortíssima correlação (coef. Pearson = 0,95; signif. = 0,00).

3.5. "Voto econômico" e Bolsa-Família

Pesquisa do Datafolha (2006) nos dá uma indicação da associação entre a avaliação da situação econômica pessoal dos eleitores e sua intenção de voto (Tabela 11).

TABELA 11 – INTENÇÃO DE VOTO, SEGUNDO AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA PESSOAL DO ELEITOR (28-29.JUN.2006)

CANDIDATO	SITUAÇÃO ECONÔMICA PESSOAL DO ELEITOR		
	MELHOROU	FICOU IGUAL	PIOROU
Lula	68	40	23
Alckmin	16	33	44
H. Helena	4	6	9
Total (N)	(990)	(1.188)	(622)

FONTE: Datafolha (2006c).

NOTAS:

1. N = 2.828.

2. Pergunta: "Pensando nos últimos três anos, isto é, do começo de 2003 para cá, você diria que sua situação econômica melhorou, piorou ou permaneceu igual?".

Inicialmente, deve-se destacar que 35% dos eleitores (990) achavam que sua situação econômica pessoal durante o governo do Presidente Lula havia melhorado, 22% (622), que havia piorado e 42% (1188) que havia ficado igual. Portanto, uma avaliação mais positiva que negativa. Quanto à relação entre esta avaliação e o voto, há uma clara associação: à medida que passamos da avaliação mais negativa ("piorou") para a mais positiva ("melhorou"), enquanto o voto no Presidente aumenta sistematicamente (de 23% para 68%), o voto nos candidatos de oposição declina de forma sistemática, também.

Nesta mesma pesquisa há dados para avaliar o grau em que os programas sociais do governo influenciam o a decisão de voto dos eleitores. O Datafolha fez a seguinte pergunta: "você, alguém da sua família, ou alguém próximo a você participa do programa do governo federal... (Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, outro)?" A pergunta admitia respostas múltiplas. A Tabela 12 apresenta os dados de intenção de voto em Lula, segundo a resposta dos eleitores à pergunta.

TABELA 12 – INTENÇÃO DE VOTO EM LULA SEGUNDO PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO (JUN.2006; EM %)

PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS	PARTICIPA				NÃO PARTICIPA
	ENTREVISTADO	ALGUÉM DA FAMÍLIA	ALGUÉM PRÓXIMO	TOTAL	
Intenção de voto em Lula	62%	54%	55%	56%	39%
Número (%) de casos	311 (11%)	764 (27%)	424 (15%)	1.188 (42%)	1.640 (58%)

FONTES: Datafolha (2006c).

NOTA: N = 2.828.

Uma primeira observação é relativa à proporção de entrevistados que participava (11%), que tinha alguém da família (27%) ou “alguém próximo” (15%) que participava de algum daqueles programas sociais do governo. No total, 42% dos entrevistados participava ou tinha alguém “próximo” ou da família participando de pelo menos de um desses programas⁹. Esse dado é relevante porque mostra a visibilidade concreta, palpável, imediata que estes programas têm junto ao eleitorado brasileiro. Não se trata só de ouvir falar pela TV de um programa social, mas participar diretamente, ou ter alguém “próximo” ou da família que recebe os benefícios.

Quanto à relação dessa participação com o voto, a intenção de voto no Presidente Lula sobe de 39% entre os que declararam não participar, nem ter alguém próximo ou da família participando, para 56%, no conjunto dos que participam ou têm alguém próximo ou da família participando. Entre os que participam diretamente, a intenção de voto no Presidente sobe para 62%.

A abrangência diferenciada desses programas (especialmente o Bolsa-Família) em termos regionais parece explicar, em parte, porque os percentuais de intenção de voto do Presidente Lula são bem maiores na região Nordeste: lá, concentram-se 50% das famílias atendidas pelo Bolsa-Família. A Tabela 13 indica, para cada região,

9 As porcentagens somam mais de 42%, porque há entrevistados que participam e têm pessoas da família que participam (ou outra combinação). Além disso, há entrevistados (ou familiares etc) que participam de mais de um programa.

a votação do Presidente Lula e um valor estimativo da proporção de famílias atendidas pelo Bolsa-Família¹⁰.

TABELA 13 – ATENDIMENTO BOLSA-FAMÍLIA E VOTAÇÃO DE LULA POR REGIÃO (PRIMEIRO TURNO)

	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NORTE	NORDESTE
Nº famílias residentes	24.772.268	8.701.118	4.024.523	4.005.090	14.536.519
Nº famílias atendidas	2.918.117	1.080.132	570.614	1.014.124	5.534.732
% famílias atendidas	11,8	12,4	14,2	25,3	38,1
% votos Lula (Primeiro turno)	39,7	32,5	35,8	52,7	59,8

FONTES: IBGE (2004) e MDS (2006).

Temos, então, aproximadamente, três regiões (Sudeste, Sul e Centro-Oeste) com cerca de 12% (ou pouco mais, na região Centro-Oeste) das famílias residentes sendo atendidas pelo programa. Este percentual dobra na região Norte e triplica no Nordeste. Não há uma associação total com o resultado eleitoral, na medida em que a votação do Presidente Lula na região Sudeste foi superior às suas votações no Sul e Centro-Oeste (onde a abrangência do Bolsa-Família é um pouco maior do que no Sudeste). O contraste entre as três regiões de menor abrangência do programa com as outras duas revela um crescimento acentuado da votação no Presidente nas regiões Norte e, especialmente, no Nordeste.

10 Os dados do número de famílias residentes foram tomados do *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2006) e referem-se a setembro de 2006. Os dados referentes ao número de famílias existentes em cada região foram tomados da PNAD 2005. Desta forma, os percentuais de cobertura estão inflacionados, já que foram calculados sobre números de famílias residentes defasados. De toda forma, como a intenção é comparar as regiões entre si, os dados são suficientes para o objetivo do estudo.

A Tabela 14 mostra dados semelhantes, agora desagregados por Unidade da Federação (em ordem crescente de abrangência do Bolsa-Família).

TABELA 14 – ATENDIMENTO BOLSA FAMÍLIA X VOTAÇÃO LULA (PRIMEIRO TURNO)

UF	REGIÃO	Nº FAMÍLIAS ATENDIDAS	Nº FAMÍLIAS RESIDENTES	% FAMÍLIAS ATENDIDAS	% VOTOS LULA (1º T.)	% FAMÍLIAS ATENDIDAS (FAIXAS)	% VOTOS LULA (MÉDIA NA FAIXA)*
DF	CO	42.605	701.361	6,07	37,05	Até 10% + de 10% a 20%	39,1
SC	S	145.783	1.844.667	7,90	33,22		
RJ	SE	422.924	5.197.656	8,14	49,18		
SP	SE	1.117.336	12.641.743	8,84	36,77		
RS	S	456.746	3.618.045	12,62	33,07		
PR	SU	477.603	3.238.406	14,75	37,90		
GO	CO	266.999	1.781.648	14,99	40,17		
AP	N	20.935	135.318	15,47	54,40		
MS	CO	118.362	701.758	16,87	35,99		
MT	CO	142.648	839.756	16,99	38,65		
ES	SE	193.569	1.044.520	18,53	52,97	+ de 20% a 30%	41,2
MG	SE	1.184.288	5.888.349	20,11	50,80		
RO	N	94.239	460.436	20,47	45,06		
AM	N	203.253	856.022	23,74	78,06		
PA	N	500.112	1.905.819	26,24	51,78		
TO	N	109.349	370.517	29,51	58,62		
RR	N	31.517	104.395	30,19	26,15		
AC	N	54.719	172.583	31,71	42,62		
SE	NE	193.483	576.166	33,58	47,33		
BA	NE	1.410.305	4.027.594	35,02	66,65		
PE	NE	863.031	2.455.967	35,14	70,93	+ de 30% a 40%	56,9
RN	NE	306.588	872.088	35,16	60,17		
CE	NE	918.604	2.279.713	40,29	71,22		
PB	NE	420.332	1.037.454	40,52	65,31		
AL	NE	342.829	840.095	40,81	46,63		
PI	NE	362.128	840.652	43,08	67,28		
MA	NE	717.372	1.606.790	44,65	75,50		

FONTES: IBGE (2004) e MDS (2006).

NOTAS:

1. Correlação (% famílias atendidas x votação de Lula); $r = 0,654$ (signif. 0,01). (Correlação com total de votos = 0,626).
2. * Média aritmética dos percentuais de voto em Lula nos estaos da faixa.

Mais uma vez, se não há uma correspondência total entre esta abrangência e as votações do Presidente Lula, há uma forte associação (coeficiente de correlação r de Pearson de 0,65, significativo

no nível de 0,01)¹¹. As duas últimas colunas mostram que quando agregamos os estados segundo faixas de abrangência do programa, há um crescimento contínuo das votações (médias nos estados de cada faixa) em Lula, à medida que passamos da faixa dos estados com menor para a dos com maior abrangência¹².

3.6. Preferência partidária e voto

Analisando as intenções de voto segundo as preferências partidárias dos eleitores (Tabela 15), nas pesquisas mais próximas dos dois turnos (em que há dados disponíveis), vemos que, em ambos, Alckmin obtinha boa vantagem entre os eleitores que manifestavam preferência pelo PSDB e pelo PFL (cerca de apenas 8% do eleitorado, no período considerado). Entre os eleitores peemedebistas (cerca de 6%), Alckmin tinha uma pequena vantagem. Já Lula obtinha a quase totalidade dos votos petistas (cerca de 17% do eleitorado)¹³; além disso, vencia por margem razoável (em torno de 10%) entre os sem preferência partidária (que eram cerca de 65% dos eleitores). Entre os eleitores dos demais partidos, em conjunto (6% do total), havia um empate técnico entre os dois candidatos, no primeiro turno, e uma vantagem para Lula, no segundo.

TABELA 15 – INTENÇÃO DE VOTO (PRIMEIRO E SEGUNDO TURNOS) SEGUNDO PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA

MÊS/ANO	CANDIDATO	PT	PMDB	PSDB	PFL	OUTROS PARTIDOS	SEM PREF. PARTID.	TOTAL
Set.2006 (primeiro turno)	Lula	91	37	20	33	35	44	49
	Alckmin	3	47	73	59	37	32	31
	H.Helena	3	5	2	1	17	8	7
Out.2006 (segundo turno)	Lula	97	45	12	33	52	51	57
	Alckmin	3	51	87	65	40	41	38

FONTES: Datafolha (2006b; 2006c).

11 O coeficiente da correlação entre a cobertura do Bolsa-Família e a votação de Lula no segundo turno é de 0,635.

12 Zucco (2006) mostra alta taxa de correlação entre votação de Lula e cobertura do Bolsa- Família em âmbito municipal.

13 Houve, após as denúncias do “mensalão”, um declínio da preferência partidária pelo PT, de cerca de 6%, ao longo do segundo semestre de 2005.

Assim, pode-se concluir que o voto segundo preferência partidária segue padrão semelhante ao das eleições anteriores: parcela majoritária dos eleitores (em torno de 60%) não manifesta preferência por nenhum partido; entre os que manifestam (cerca de 40%), as associações com o voto são maiores entre eleitores do PT e do PSDB (além do PFL); entre os demais eleitores, não há uma associação muito forte entre as variáveis.

3.7. Percepção sobre corrupção e voto

A Tabela 16 mostra que houve associação entre percepção de corrupção e intenção de voto, em duas pesquisas realizadas ao longo da campanha.

TABELA 16 – DIFERENÇA DE INTENÇÃO DE VOTO ENTRE LULA E ALCKMIN, SEGUNDO OPINIÕES SOBRE CORRUPÇÃO (ABRIL E SETEMBRO DE 2006)

MÊS/ ANO	INTENÇÃO DE VOTO	EXISTEM CASOS DE CORRUPÇÃO?		GRAU DE RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE		
		SIM	NÃO	MUITA	UM POUCO	NENHUMA
Abr.2006 (1)	Dif. pró-Lula*	11	68	- 11	23	32
	(N e %)	(2.998 = 79%)	(417 = 11%)	(1.104 = 29%)	(1.373 = 41%)	(418 = 11%)
Set.2006 (2)	Dif. pró-Lula*	3	76	- 27	20	27
	(N e %)	(3.229 = 75%)	(605 = 14%)	(1.101 = 25%)	(1.587 = 37%)	(453 = 10%)

FONTE: Datafolha (2006a; 2006b).

NOTAS:

- (1) Cenário: Lula, Alckmin, Garotinho, H. Helena, R. Freire, C. Buarque, Eymael, Enéas.
- (2) Cenário: Lula; Alckmin; H. Helena; Cristovam Buarque; Eymael; Luciano Bivar; Rui Pimenta.
- * Valor obtido por meio do cálculo: (% voto em Lula – % voto em Alckmin).
- Os percentuais na última linha, para cada pesquisa, foram calculados sobre o total da amostra (3.795 em abril de 2006 e 4.319 em setembro de 2006).

A vantagem do Presidente Lula sobre seu adversário era bastante grande (entre 68% e 76%) entre os que julgavam que não havia corrupção no governo (um contingente relativamente pequeno, em torno de 11% a 14% do eleitorado). Considerando os que julgavam que havia corrupção no governo, a diferença a favor do presidente era relativamente grande (27% a 32%) entre os que achavam que o presidente não tinha *nenhuma* responsabilidade sobre os casos de corrupção ligados a seu governo; esta vantagem

diminui entre os que julgavam que o Presidente tinha *um pouco* de responsabilidade. Entre os que achavam que Lula tinha *muita* responsabilidade, Alckmin vencia.

4. Considerações finais

As tendências reveladas sobre as variáveis mais associadas ao voto, se não permitem conclusões definitivas sobre algumas das teses em debate, mencionadas no início do item 3, permitem, pelo menos, algumas reflexões.

Em primeiro lugar, no que se refere às variáveis socioeconômicas, as clivagens de renda, “raça” (ou “cor”), escolaridade e região do país mostraram-se relevantes para diferenciar os eleitores, segundo a avaliação que faziam do governo e segundo suas intenções de voto. Foi entre os mais pobres, os negros e pardos, os de menor escolaridade e eleitores das regiões mais pobres que a avaliação do governo foi mais positiva, com votação maior em Lula.

Estabelecendo um contato com a produção sobre o tema, essas tendências seguem o esperado por certa literatura (LIPSET, 1967; SOARES, 1973; 2001): os mais pobres (e de escolaridade menor) tendem a votar nas opções à esquerda (pelo menos se considerarmos o confronto entre os dois candidatos com chances reais na disputa). Isso difere do que aconteceu nas demais eleições presidenciais ocorridas após a redemocratização do país. Enquanto nas eleições de 1994, 1998 e 2002 o voto não seguiu clivagens socioeconômicas claras, na eleição presidencial de 1989 foi o contrário: Collor foi eleito basicamente com o apoio dos mais pobres e menos educados (ver, para tentativas de explicação desse fenômeno, Carvalho (1989) e Singer (1990)).

Nesta eleição, muito mais do que em qualquer outra, destacou-se uma tendência clara de diferenciação do voto, segundo a etnia (“raça”, ou “cor”, segundo os termos utilizados pelos institutos) dos eleitores. Embora haja, no país, forte associação entre renda e “cor”, o fato de na gestão do Presidente Lula ter sido criado um forte debate e terem-se desenvolvido iniciativas de políticas “afirmativas” em relação à população não branca sugere que a vantagem

de Lula nesta população não se deve apenas àquela associação¹⁴. É bem provável que haja um componente próprio ligado à “cor” (e não apenas devido à associação entre renda e “cor”), na decisão de voto, nesta eleição, diferentemente das anteriores.

Cabe indicar, quanto às variáveis políticas, inicialmente, que o voto segundo preferência partidária seguiu padrão semelhante ao das eleições anteriores (CARREIRÃO & KINZO, 2004): parcela majoritária dos eleitores (em torno de 60%) não manifesta preferência por nenhum partido; entre os que manifestam (cerca de 40%), as associações com o voto são maiores entre eleitores do PT e do PSDB (além do PFL); entre os demais eleitores não há uma associação muito forte entre as variáveis. Deve-se, porém, ressaltar que a rejeição a partidos não foi estudada aqui por falta de dados, e esta dimensão parece ter relevância na decisão de voto dos eleitores (CARREIRÃO & BARBETTA, 2004).

A avaliação de governo, mais uma vez, mostrou ser uma variável fortemente associada ao voto nas eleições presidenciais brasileiras (MENDES & VENTURI, 1994; FIGUEIREDO, 1994; CARREIRÃO, 1999; 2002). Em todas as pesquisas realizadas nos dois anos anteriores à eleição, a associação era muito alta entre essas duas variáveis (a avaliação do governo e o voto).

Essa avaliação de governo e as intenções de voto foram influenciadas pela percepção dos eleitores a respeito das denúncias de corrupção, reduzindo a vantagem do Presidente Lula entre os que avaliavam que ele tinha envolvimento nos fatos denunciados¹⁵.

A avaliação do governo e as intenções de voto foram ainda mais influenciadas pela avaliação majoritariamente positiva que os eleitores faziam dos resultados das políticas econômica e social do governo. A manutenção da estabilidade econômica (com inflação ainda menor do que no governo anterior); o crescimento do poder de compra do salário mínimo; a ampliação da abrangência e do

14 Embora este debate e estas políticas já tivessem sido iniciadas no governo anterior, durante o governo Lula elas ganham muito mais visibilidade.

15 Além disso, a análise feita no artigo mencionado na Nota 6 mostra que a avaliação de governo, a preferência pelo PT e as intenções de voto em Lula declinaram durante o auge das denúncias do “mensalão” e, as últimas duas variáveis, em menor escala, durante o episódio do “dossiê antitucano”.

volume de recursos destinados aos programas sociais do governo, que implicam em transferência de renda (especialmente o Bolsa-Família) parecem ter neutralizado e superado, para grande parte do eleitorado, sobretudo o mais pobre, os efeitos negativos das denúncias de corrupção, fazendo com que a avaliação do governo fosse predominantemente positiva e influenciando na boa votação do Presidente. Apesar do volume e da gravidade das denúncias de atos de corrupção que recaíram sobre diversos ministros – inclusive os mais importantes, vários deles afastados por conta destas denúncias; sobre dois presidentes e outros membros do alto escalão do PT; sobre assessores diretos e amigos próximos do chefe do poder Executivo (tudo isso levando, no mínimo, a uma desconfiança muito grande sobre a inocência do Presidente Lula), a avaliação do governo seguiu patamares que nenhum outro governo, em âmbito federal, conseguiu, após a redemocratização. Além disso, em nenhum momento, com exceção do final de 2005, a vantagem eleitoral do Presidente Lula foi ameaçada seriamente.

A tese do “voto econômico” (LEWIS-BECK, 1988; CARREIRÃO, 2002), sai, portanto, reforçada da análise dos dados relativos à eleição presidencial de 2006. Além disso, o impacto diferenciado destes fatores nos grupos sociais, definidos em termos étnicos, regionais, ou de estratificação social, provavelmente, explica grande parte das diferenças de voto no Presidente Lula. Embora estudos mais apurados sejam necessários para examinar o peso específico de cada um destes fatores, parece claro que o impacto das políticas públicas implementadas pelo governo Lula na situação econômica dos eleitores (ou da situação econômica em seu entorno) teve peso fundamental para o resultado final da eleição. Aqui foram apresentados alguns dados relativos à correlação entre o atendimento pelo Bolsa-Família e o voto no primeiro e no segundo turnos. Como há uma associação razoável entre o atendimento ao Bolsa-Família e o poder de compra do salário mínimo (em termos do impacto deste último, por estado), seria preciso uma pesquisa mais detalhada para detectar os impactos diferenciais destes dois fatores. É bem provável que os dois fatores tenham contribuído conjuntamente para a preferência do Presidente Lula junto aos mais pobres, em geral. Nas regiões Norte e, sobretudo, Nordeste, o peso do Bolsa-Família talvez

seja maior, na medida em que o contingente de pessoas atendidas pelo programa é muito significativo¹⁶.

Concluindo, ao começar a campanha eleitoral, o quadro poderia ser assim resumido: face à não comprovação mais direta da responsabilidade do Presidente no episódio do “mensalão” e face à avaliação predominante entre os eleitores de que a corrupção é generalizada entre os principais partidos e políticos, a avaliação dos resultados das políticas econômica e social acabou gerando uma avaliação predominantemente positiva do governo Lula (especialmente entre os segmentos mais pobres) e uma vantagem eleitoral do Presidente.

Essas avaliações estavam, no começo da campanha, sujeitas à disputa: o papel da campanha eleitoral é justamente o de confrontar as interpretações sobre “a realidade”. Começada a campanha eleitoral, porém, até o momento em que ocorreu a prisão relacionada à tentativa de compra do dossiê, os candidatos de oposição não conseguiram fazer críticas sérias às eventuais deficiências das políticas governamentais, nem fizeram denúncias duras em relação ao “mensalão”. Além disso, não conseguiram (como de resto não o fez também o candidato-Presidente) apresentar uma proposta séria para superar os principais problemas do país, nas áreas econômica, da educação e da segurança. Isto reforçou a vantagem do Presidente, existente no período anterior à campanha. Só com os eventos que se iniciam em 15 de setembro, com a divulgação da prisão dos envolvidos na compra do dossiê, é que a oposição (especialmente Alckmin) vai fazer uma campanha mais dura contra o candidato-Presidente. No segundo turno, porém, como foi visto, a boa campanha de Lula e os equívocos de campanha de seu adversário resultaram na ampliação da vantagem do Presidente.

16 Interpretações relacionadas a outras clivagens, apresentadas na mídia para explicar o “mapa” da votação no primeiro turno, foram: 1) a de que a crise da agricultura teria influenciado negativamente a votação do Presidente Lula nos estados mais afetados pela crise, ou onde a agricultura tem um peso maior; 2) a que propõe que Alckmin teria vencido no “país” mais dinâmico e menos dependente do Estado, enquanto, nas regiões do Brasil economicamente menos dinâmicas e mais dependentes do Estado, Lula teria vencido. Ambas são hipóteses bastante relevantes, a serem testadas com dados empíricos apropriados (e, no caso da última hipótese, envolvendo um esforço maior para operacionalizar os conceitos envolvidos), o que não foi possível realizar neste trabalho.

Resumindo: a eleição teve, em grande parte, um caráter plebiscitário (a favor ou contra a manutenção de Lula). A avaliação predominantemente positiva dos resultados das políticas econômica e social do governo Lula (especialmente entre os segmentos mais pobres) acabou por predominar sobre o desgaste trazido pelas denúncias de corrupção no governo. A escolha de Alckmin (e não Serra) como candidato do PSDB, a falta de uma proposta alternativa que empolgasse o eleitorado e uma melhor campanha do Presidente (em relação à de Alckmin) reforçaram a vantagem prévia de Lula.

Mesmo considerando suas limitações, entre as quais a indisponibilidade de bases de dados mais adequadas, acreditamos que este estudo, além de sistematizar uma grande quantidade de informações, realiza uma análise preliminar que pode lançar alguma luz sobre aspectos relevantes da decisão de voto na eleição presidencial de 2006.

Referências bibliográficas

CARREIRÃO, Y. Avaliação do governo e “voto econômico”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 48, p. 213-232, 1999.

_____. **A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Rio de Janeiro-Florianópolis: Fundação Getúlio Vargas-UFSC, 2002.

_____. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 179-194, jun.2004.

CARREIRÃO, Y. & BARBETTA, P. A eleição presidencial de 2002: a decisão de voto na região da Grande São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 75-93, 2004.

CARREIRÃO, Y. & KINZO, M. D. G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-168, 2004.

CARVALHO, J. M. **Eleições em tempo de cólera**. Cadernos de Conjuntura, n. 20. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1989.

CASTRO, M. M. M. **Determinantes do comportamento eleitoral**. A centralidade da sofisticação política. Rio de Janeiro. Tese

(Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1994.

CLARKE, H. & STEWART, M. The Decline of Parties in the Minds of Citizens. **Annual Review of Political Science**, v. 1, p. 357-378, 1998.

DALTON, R. J. & WATTENBERG, M. (eds.) **Parties Without Partisans**. Political Changes in Advanced Industrial Democracies. Oxford: Oxford University, 2000.

DATAFOLHA. **Lula mantém liderança, mas com menor vantagem em relação a Alckmin**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Datafolha, 29.jun.2006a. Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/po/intvoto_pres_29062006.shtml. Acesso em: 10.jul.2006.

_____. **Lula atinge 61% dos votos válidos, 22 pontos à frente de Alckmin**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Datafolha, 24.out.2006b. Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=319. Acesso em: 10.mar.2007.

_____. **Pesquisa eleitoral**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Datafolha, 27.set.2006c. Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/folha/datafolha/tabs/intvoto_pres_27092006_tb3.pdf. Acesso em: 4.dez.2006.

ECHEGARAY, F. **Economic Crises and Electoral Responses in Latin America**. Lanham: University of America, 2005.

FIGUEIREDO, R. Opinião pública, intencionalidade e voto. **Opinião Pública**, v. II, n. 2, dez.1994.

FIORINA, M. **Retrospective Voting in American National Elections**. New Haven: Yale University, 1981.

IBOPE. **Pesquisas eleitorais**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, 2006. Disponível em: http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=2&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=pesquisa_eleicoes2006&db=caldb. Acesso em: 10.out.2006.

IYENGAR, S. Shortcuts to Political Knowledge: The Role of Selective Attention and Accessibility. In: FERREJOHN, J. & KUKLINKI, J. (eds.). **Information and Democratic Processes**. Champaign: University of Illinois, 1990.

KEY, V. O. **The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting, 1936-1966.** Cambridge: Belknap, 1966.

LEWIS-BECK, M. **Economics & Elections: The Major Western Democracies.** Ann Arbor: University of Michigan, 1988.

LIPSET, S. M. **O homem político.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENDES, M. & VENTURI, G. Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Opinião Pública**, v. II, n. 2, 1994.

MDS. **Bolsa Família.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, 2006. Disponível em: <http://200.152.41.8/bolsafamilia/bolsafamilia01.asp>. Acesso em: 10.out.2006.

NORPOTH, H. **Economics and Politics.** The Calculus of Support. Ann Arbor: University of Michigan, 1991.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2004.** Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm>. Acesso em: 5.mar.2007.

POPKIN, S. L. **The Reasoning Voter.** Communication and Persuasion in Presidential Campaigns. 2nd ed. Chicago: University of Chicago, 1994.

RAHN, W. A Social-Cognitive Model of Candidate Appraisal. *In*: FEREJOHN, J. & KUKLINKI, J. (eds.). **Information and Democratic Processes.** Champaign: University of Illinois, 1990.

SILVEIRA, F. E. **O novo eleitor não-racional.** São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 1996.

SINGER, A. Collor na periferia: a volta por cima do populismo? *In*: LAMOUNIER, B. (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição.** São Paulo: Sumaré, 1990.

SNIDERMAN, P. Information and Electoral Choice. *In*: FEREJOHN, J. & KUKLINKI, J. (eds.). **Information and Democratic Processes.** Champaign: University of Illinois, 1990.

SOARES, G. A. D. **Sociedade e política no Brasil.** São Paulo: Difel, 1973.

_____. **Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas.** Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **A democracia interrompida.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

TSE. **Estatística das eleições 2006.** Brasília: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>. Acesso em: 12.dez.2006.

VENTURI, G. A opinião pública diante da crise. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 66, abr.-jun.2006.

WEISBERG, H. & GREENE, S. The Political Psychology of Party Identification. *In*: MACKUEN, M. & RABINOWITZ, G. (eds.) **Electoral Democracy.** Ann Arbor: University of Michigan, 2003.

ZUCCO, C. O eleitorado governista. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7.nov.2006. Disponível em: <http://czucco.bol.ucla.edu/elec2006/oglobo07Nov2006p7.pdf>. Acesso em: 5.mar.2007.